



A ESTADUALIZAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO JOSÉ BONIFÁCIO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA ESCOLARIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU (RS): DÉCADAS DE 1970 A 1990

Márcia Guerra da Cunha
Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)
aicramgc@hotmail.com

Este texto é parte do anteprojeto de pesquisa de Doutorado em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), que propõe investigar o processo de estadualização da antiga Escola Técnica de Comércio José Bonifácio e suas transformações na escolarização do município: décadas de 1970 a 1990. O recorte temporal escolhido, se dá pelo fato de compreender o período de implementação da segunda LDBN (Lei nº 5.692/71) até a instauração da nova LDBN (Lei nº 9.394/96), que trouxeram mudanças na estrutura de ensino do Brasil, enfatizando as transformações do ensino secundário. Como perspectiva histórica, elejo a História Cultural, por ser um campo que abriga diferentes possibilidades de tratamento, “voltando- se para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada” (Barros, 2005, p. 2).

Ao investigar como aconteceu a criação da primeira escola pública de ensino profissionalizante no município de Canguçu, algo que me inquietava, pois relacionava o primeiro nome que esta instituição escolar teve, com o nome da Loja Maçônica da cidade (José Bonifácio), pude compreender que além de uma necessidade local, que viria a contribuir com o desenvolvimento do município, haviam também interesses de grupos influentes (Maçonaria, por exemplo) e uma nova legislação educacional que impulsionaram tal acontecimento. Para Pessanha, Assis e Silva (2017, p. 311), “constatou-se que as primeiras instituições secundárias resultaram de uma mobilização de grupos influentes de

cada cidade e da participação do poder municipal na sua manutenção”, tal como o ocorrido em Canguçu³¹.

Na referida pesquisa, foi analisado o início das atividades da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, em 1964, considerando o contexto político, econômico, social e educacional do município, estado e país, até 1975, quando aconteceu a troca da gestão municipal para estadual. Essa troca da administração municipal para estadual, traz à tona um importante acontecimento na instituição, percebendo-se aí uma lacuna historiográfica para o conceito de estadualização. Surgiu aí, a possibilidade de explorar uma nova categoria, onde o processo de estadualização escolar no Brasil pode ser entendido como o ato de transferir a gestão e a responsabilidade das escolas municipais para o governo estadual. Observou-se que esse processo ocorreu na maioria das vezes quando os municípios, de forma autônoma, não tinham os recursos financeiros necessários para manter e administrar as escolas de forma adequada, havendo ainda, um certo grau de negociação entre as autoridades municipais e estaduais a fim de se estabelecer os termos e condições da transferência.

Considerando que a temática aponta aspectos voltados para um município específico da região sul, é interessante mencionar o que Luchese (2014, p. 147) traz em relação a relevância de se fazer pesquisas sobre a educação, considerando recortes regionais, “que se limitam a investigar processos educativos em um espaço geográfico delimitado, produzido pelas relações de poder, pelas práticas culturais e históricas reinventadas por grupos humanos que ali vivem e viveram”. Nesta perspectiva, é possível sugerir que a Escola proposta a este estudo, tenha se originado pela união de forças que vislumbravam um espaço educativo que considerasse as potencialidades locais. Num primeiro momento um curso voltado ao comércio urbano e, anos depois, uma nova demanda, com o curso técnico agrícola, atendendo estudantes da zona rural, reforçando a intenção de compreender as mudanças do ensino secundário em um município que vem expressando significativo crescimento, na metade sul do estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, devido aos poucos trabalhos que versam sobre as trocas administrativas das escolas de ensino secundário e que resultaram em mudanças na escolarização de uma comunidade, desperta a necessidade e o interesse de pesquisas desta temática dentro da História da Educação.

³¹ Município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul, considerado o município com o maior número de pequenas propriedades rurais do Brasil (Canguçu, 2023).

Ao estudar a história do ensino secundário no Brasil, percebe-se uma trajetória de muitas transformações, trazendo questões relacionadas com a própria ambiguidade do termo “secundário” que apresentou sentidos diferentes em cada momento da história da educação no Brasil.

Analisando as duas primeiras Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4.024/61 e LDB nº 5.692/71), observa-se mudanças tanto na nomenclatura, como também na divisão dos níveis de ensino, compreendendo aspectos administrativos e formativos.

Vale salientar que nesta época, o ensino secundário era uma etapa escolar apenas urbana, não chegando a população rural (Rocha; Severino; Rodríguez, 2021), algo ocorrido em Canguçu, durante a primeira década de funcionamento da Escola Estadual de 2º Grau do município, onde com a oferta do Curso Técnico Contábil, preparava jovens de camadas culturais e econômicas mais abastadas, para o mercado de trabalho, porém não atendia aos filhos de agricultores que viviam na zona rural do município.

Dessa forma, é possível que a troca da gestão da “Escola Estadual de 2º grau de Canguçu(RS)”, tenha acontecido pelas dificuldades econômicas do município em manter esta instituição, visto que havia grande demanda com as escolas primárias. Mas, além disso, as próprias legislações, também podem ter contribuído para suceder o processo de estadualização das escolas de 2º grau.

Muitos questionamentos surgem a partir dessa análise: será que essa estadualização da escola mudou a realidade educacional do município a partir daquele período? Ao assumir a gestão da escola, o Estado realmente tem autonomia administrativa ou o município ainda dá alguma sustentação? Será que o município deixa de ser protagonista, mesmo passando a responsabilidade para o estado?

Mas para falar sobre o processo de estadualização de uma escola de ensino secundário, é necessário entender um pouco mais sobre essa etapa da educação que, teve início no Brasil Império, porém com uma propagação lenta, foi se expandir sistematicamente na década de 1950 (Pessanha; Silva, 2013). Até essa época, as unidades escolares existentes, eram em sua maioria privadas, visto a não obrigatoriedade dos governos em manterem o ensino secundário público, o que deu a esse nível de ensino um caráter urbano e elitista (Rocha; Severino; Rodríguez, 2021).

Trazendo essa análise para o município de Canguçu, percebe-se a comprovação desse fato, visto que somente o Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida, localizado

na zona urbana e de iniciativa particular, oferecia o ensino secundário, até a criação da Escola Técnica de Comércio José Bonifácio, em 1963³².

Provavelmente, dentro dessas possibilidades, é que a “Escola Estadual de 2º grau de Canguçu” tenha se adequado no decorrer dos anos. Voltada para a escolarização de jovens, com objetivo básico de prepará-los para o mercado de trabalho, torna-se interessante um aprofundamento na história dessa instituição escolar que surgiu para atender uma demanda urbana, mas que se reformulou dentro de um novo contexto, refletindo em significativas contribuições para a escolarização da cidade e do interior do município.

Assim, os aspectos levantados nesta pesquisa e brevemente aqui relatados, buscam compreender o processo de estadualização da Escola Estadual de 2º grau de Canguçu e suas transformações na escolarização do município, durante as décadas de 1970 a 1990 e que refletem na sua solidificação até os dias atuais.

Palavras-chave: ensino secundário, estadualização do ensino secundário, instituições escolares, história da educação.

Referências:

BARROS, José D’Assunção. A História Cultural francesa: caminhos de investigação. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 2, n. 4, p. 1-17, 2005.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

CUNHA, Márcia Guerra da. **Escola Técnica de Comércio José Bonifácio**: primeira escola pública de ensino profissionalizante do município de Canguçu-RS – décadas de 1960 a 1970. 2023. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O ensino médio no Brasil: histórico e perspectivas. **Educação em revista**, n. 27, p. 73-84, 1998.

³² A Escola Técnica de Comércio José Bonifácio foi criada através da Lei nº 282, de 15 de maio de 1963, por iniciativa de poderes locais, com apoio da municipalidade, sendo a primeira escola pública profissionalizante do município de Canguçu (Cunha, 2023).

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer a História da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, v. 18, n. 43, p. 145-161, 2014.